CENTRO UNIVERSITÁRIO ALVES FARIA (UNIALFA)
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTABEIS, CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Graciele Costa Cardoso Alves
João Miguel Pereira Lima
Mônica Borges Cardoso
Pedro Henrique Marcelino De Souza

PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESTADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

GOIÂNIA
JUNHO 2024

GRACIELE COSTA CARDOSO ALVES
JOÃO MIGUEL PEREIRA LIMA
MÔNICA BORGES CARDOSO
PEDRO HENRIQUE MARCELINO DE SOUZA

PARCERIAS ENTRE EMPRESAS E ESTADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA), sob a orientação do Prof. Dr. Pedro Henrique Rodrigues de Sousa

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Rodrigues de Sousa

GOIÂNIA
JUNHO 2024

Graciele Costa Cardoso Alves

João Miguel Pereira Lima

Mônica Borges Cardoso

Pedro Henrique Marcelino De Souza

PARCERIA ENTRE EMPRESAS E ESTADO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi analisado e julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Administração e aprovado em sua forma final pelo Orientador e Banca Examinadora designada pelo Curso de Administração do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA).

_____

Prof.º Dr. Pedro Henrique Rodrigues De Sousa

Aprovado em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.º Fabrício de Sousa Santos (Mestre) – UNIALFA

Prof.ª. Ana Paula de Moraes (Especialista) – UNIALFA

GOIÂNIA

JUNHO 2024

RESUMO

ALVES, Graciele; PEREIRA, João Miguel; CARDOSO, Mônica; SOUZA, Pedro Henrique. **Parcerias Entre Empresas e Estado:** Um estudo bibliométrico. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas do Centro Universitário Alves Faria (UNIALFA). Goiânia, 2024.

A parceria entre empresas e o Estado é um tema que vem ganhando destaque no cenário acadêmico e prático, dada sua relevância para o desenvolvimento econômico e social. O estudo bibliométrico sobre esse tema visa analisar a produção científica existente, identificando tendências, lacunas e principais contribuições na literatura. Parcerias entre empresas e Estado envolvem colaborações em projetos que podem variar de infraestrutura a inovação tecnológica, saúde, educação, entre outros. Essas parcerias são essenciais para alavancar recursos, compartilhar riscos e gerar benefícios mútuos que contribuem para o desenvolvimento sustentável. Utiliza-se de bases de dados acadêmicas para coletar publicações relevantes sobre o tema. São aplicadas técnicas de análise quantitativa para mensurar a produção científica, como número de publicações, citações, autores mais influentes, periódicos de destaque e redes de coautoria. Identificação de áreas de pesquisa em crescimento, como parcerias público-privadas (PPPs) em infraestrutura e inovação. Análise das políticas públicas e regulamentações que incentivam ou dificultam essas parcerias. Estudos de caso que exemplificam sucessos e desafios dessas colaborações. Identificação dos principais teóricos e estudos de referência que moldam o entendimento das parcerias entre empresas e Estado. Análise do impacto dessas parcerias em termos de eficiência, eficácia e impacto social. Necessidade de mais estudos empíricos que analisem os resultados das parcerias em diferentes contextos e setores. Lacunas em termos de compreensão dos fatores críticos de sucesso e das barreiras para a implementação efetiva das parcerias.

Palavras-chave: Parcerias público-privadas (PPPs); Inovação; Sustentabilidade Políticas, Políticas públicas.

ABSTRACT

ALVES, Graciele; PEREIRA, João Miguel; CARDOSO, Mônica; SOUZA, Pedro Henrique. Partnerships between companies and the state: a bibliometric study. Graduation thesis for the administration, accounting sciences, and economic sciences course at the Alves Faria University Center (UNIALFA). Goiânia, 2024.

The collaboration between businesses and the state is increasingly recognized in both academic and practical spheres for its importance in economic and social development. This bibliometric study aims to analyze the existing scientific literature on this topic, identifying trends, gaps, and key contributions. Partnerships between companies and the state encompass collaborations in various projects, ranging from infrastructure to technological innovation, health, and education. These partnerships are crucial for leveraging resources, sharing risks, and generating mutual benefits that contribute to sustainable development. Academic databases are utilized to collect relevant publications on the subject, applying quantitative analysis techniques to measure scientific output, such as the number of publications, citations, influential authors, prominent journals, and co-authorship networks. The study identifies growing research areas, such as public-private partnerships (PPPs) in infrastructure and innovation and analyzes public policies and regulations that either encourage or hinder these partnerships. Case studies are examined to illustrate the successes and challenges of these collaborations. Key theorists and seminal studies that shape the understanding of business-state partnerships are identified. The impact of these partnerships is analyzed in terms of efficiency, effectiveness, and social impact. The study highlights the need for more empirical research to analyze the outcomes of partnerships in different contexts and sectors and identifies gaps in understanding the critical success factors and barriers to effective implementation of these collaborations.

Keywords: Public-private partnerships (PPPs); Innovation; Sustainability Policies, Public Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....7
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....10
2.1 Conceito De Parcerias Público-Privado.....10
2.2 As Modalidades Contratuais No Modelo PPP.....11
2.3 As Diretrizes da Contratação de Parceria Público-Privada.....14
2.4 Sustentabilidade Financeira.....16
3 METODOLOGIA.....19
3.1 Caracterização Da Pesquisa.....19
3.2 Descrição Dos Métodos Adotados.....20
4 DISCUSSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.....21
4.1 Discussões.....27
5 CONCLUSÃO.....30
REFERÊNCIAS.....32

1 INTRODUÇÃO

No contexto histórico brasileiro, a relação entre empresas e o Estado possui raízes profundas e tem passado por diversas fases de evolução ao longo do tempo. Historicamente, o país experimentou diferentes modelos econômicos e políticos que influenciaram essa relação (Almeida, 2017). Durante o período Imperial, D. Pedro II (1840-1889) quem deu abertura para o processo, nomeado na época como “concessão” na área de infraestrutura do País (Santos, 2017).

Após a independência do Brasil, em 1822, houve um aumento gradual da participação do setor privado na economia. Durante o século XIX, o país experimentou a expansão do café como principal produto de exportação, o que levou a um crescimento substancial das empresas agrícolas. Nesse período, o Estado desempenhava um papel mais limitado na economia, permitindo o desenvolvimento de atividades comerciais e empresariais (Cabral; Fernandes, 2016).

No entanto, a relação entre empresas e o Estado começou a mudar significativamente no século XX, com a crescente intervenção estatal na economia. Durante a Era Vargas (1930-1945), o governo de Getúlio Vargas promoveu a industrialização e estabeleceu leis trabalhistas que influenciaram as relações trabalhistas e empresariais no Brasil. Além disso, a criação da Petrobras em 1953 representou um marco na participação do Estado no setor de energia, uma vez que a empresa estatal passou a controlar a exploração do petróleo (Périco, 2005).

No contexto do regime militar (1964-1985), houve uma maior intervenção do Estado na economia, com a implementação de políticas de substituição de importações e a criação de empresas estatais em setores estratégicos. Durante esse período, a relação entre empresas e o Estado era frequentemente marcada por parcerias e acordos com empresas que atendiam aos interesses do governo (Almeida, 2017).

Durante o período de redemocratização ocorridos nas décadas de 1980-1990, o país passava por crises fiscais e financeiras, devido ao decorrente aumento da inflação e do endividamento público, o que influenciou na introdução das parcerias entre empresas e o Estado (Silva; Carvalho; Santana, 2020). A privatização de empresas estatais, e a abertura de mercado teve um papel crucial na relação entre

empresas e o Estado. Essas medidas promoveram desenvolvimento de projetos de infraestrutura e fortalecimento da economia (Cabral; Fernandes, 2016).

Nesse contexto histórico, a relação entre empresas e o Estado no Brasil é caracterizada por uma constante evolução, influenciada por fatores políticos, econômicos e sociais. À medida que o país enfrenta desafios e oportunidades em seu desenvolvimento econômico, a dinâmica entre empresas e o Estado continua a se adaptar, refletindo as necessidades em constante mudança da sociedade e da economia brasileira (Cabral; Fernandes, 2016).

Em um primeiro momento, é crucial esclarecer a situação do Brasil, a fim de estabelecer os pressupostos para a atuação da administração pública direta e indireta. Nesse contexto, o país tem a opção de conduzir o trabalho internamente, por meio de agentes públicos, sem intervenção de órgãos externos.

Uma alternativa é a implementação de Parcerias Público-Privadas (PPPs), que permitem relações jurídicas mais flexíveis entre a administração pública e o setor privado. Isso pode oferecer soluções eficazes para a realização de projetos de infraestrutura e fortalecer a colaboração entre o Estado e as empresas (Thamer; Lazzarini, 2015). Portanto, a relação entre empresas e Estado no Brasil é uma questão complexa que exige constantes análises e adaptações para promover o desenvolvimento e a segurança econômica do país (Cabral; Fernandes, 2016).

Este trabalho tem como pergunta norteadora: Como tem sido realizadas as investigações a respeito das parcerias entre estado e empresa?

E tem por objetivo geral: Analisar como tem sido realizadas as investigações a respeito das parcerias entre estado e empresa.

E por objetivos específicos: Identificar os tipos de parcerias existentes entre as empresas e o estado e abordar sobre de que forma esse vínculo poder ser estabelecido.

A investigação sobre as parcerias entre o Estado e as empresas é de suma importância devido ao seu impacto direto na economia e na sociedade. Compreender como essas parcerias são estudadas e analisadas proporciona insights para a formulação de políticas públicas mais eficazes, para o desenvolvimento de estratégias empresariais sustentáveis e para a promoção do crescimento econômico. Além disso, uma compreensão aprofundada dessas relações pode contribuir para identificar

possíveis problemas, como corrupção, desigualdade e falta de transparência, permitindo a implementação de medidas preventivas e corretivas. Portanto, investigar as abordagens utilizadas nas pesquisas sobre parcerias entre o Estado e as empresas é fundamental para promover uma governança mais eficiente, inclusiva e responsável.

Este trabalho está dividido da seguinte maneira. Além da introdução, mais quatro partes. A segunda trata sobre a fundamentação teórica das Parcerias entre Empresa e Estado. A terceira parte, aborda sobre metodologia adotada, mostrando como elas foram desenvolvidas. Na quarta parte, apresenta os resultados do trabalho expondo as investigações de como são feitas as parcerias entre empresa e Estado, e a quinta parte discorre a conclusão do texto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conceito de Parcerias Público-Privado

Do ponto de vista conceitual, as parcerias público-privadas fundamentam-se em relações contratuais colaborativas e de longo prazo, em que o setor público confia nos recursos e habilidades de parceiros privados para a oferta direta de bens ou serviços públicos (Thamer; Lazzarini, 2015). Esse movimento teve origem no Reino Unido e se difundiram rapidamente por toda a Europa, sendo uma das propostas derivadas do pensamento inglês, a gestão de serviços por meio dessas parcerias (Fernandes; Bordin, 2022).

No Brasil, após a desestatização da década de noventa, o Estado encontrava-se em uma grave crise fiscal, possuía uma grande dívida interna e externa, e não conseguia prestar os serviços públicos essenciais, pois não havia verba suficiente para prestar os serviços como deveriam (Aragão, 2005). Neste contexto, as parcerias público-privado foi vista como uma opção para viabilizar investimentos na infraestrutura do país, sem consequências no quadro de endividamento público (Brito; Silveira, 2005).

Assim, foi criada a lei nº 11.079/04 que conceitua as parcerias público-privada como contrato administrativo, categorizada como patrocinada ou administrativa (Aragão, 2005). No entanto, as parcerias não podem ser confundidas como privatização, apesar de ambos decorrerem de um processo comum de reforma e modernização do Estado, as privatizações envolvem a transferência de ativos públicos para o setor privado, enquanto nas Parcerias Público-Privadas (PPPs) ocorre o oposto: ao término do contrato, a infraestrutura é atribuída novamente ao setor público (Brito Silveira, 2005).

2.2 As modalidades contratuais no modelo PPP

As PPPs surgiram como uma forma do governo financiar projetos grandes, que dificilmente sairiam do papel devido à falta de recursos públicos. No Brasil as PPPs são previstas pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Foram criados dois tipos de modalidades de parcerias público privadas, a administrativa e a patrocinada. Destaca-se que mesmo as obras tendo ralações privadas, elas ainda são responsabilidade do estado, ou seja, o setor público é responsável pela qualidade, pelo desempenho e execução (Jamali, 2004).

A modalidade patrocinada é uma forma de parceria público privada em que há cobrança de uma taxa dos usuários pelo serviço fornecido. Não são em todos os casos que a prestação de serviço público, será realmente exercida pelo setor público nessa modalidade de contratação (Justen Filho, 2012).

A concessão patrocinada representa uma mudança nos mecanismos de cooperação entre os setores público e privado. Como ambas as partes contribuem de forma financeira, acaba tornando possível a criação e execução de grandes projetos de infraestrutura sem pesar de forma imediata os cofres públicos (Justen Filho, 2012).

As concessões patrocinadas são uma ótima forma para promover o desenvolvimento sustentável, pois os setores público e privado dividem a responsabilidade e os riscos, e juntos podem buscar ideias e soluções inéditas (Altounian, 2014).

A parceria pública privada patrocinada é semelhante a concessão comum, se diferenciando no compartilhamento dos riscos que só ocorre na patrocinada. Ou seja, esse modelo de PPP é uma ótima forma para o setor público criar e executar projetos inovadores.

Diferente da concessão patrocinada, nesse modelo de PPPs não há cobrança de tarifa dos usuários. O setor público que é o responsável por toda a parte financeira, já a parte de gestão e administração é feita pelo setor privado.

Através desse modelo de contratação o setor privado tem permissão para assumir atividades de prestação de serviços públicos, o que pode gerar uma gestão com ideias inovadoras, enquanto o setor público se preocupa apenas em manter o controle sobre esses serviços (Justen Filho, 2006).

Esta modalidade de parceria público privada acaba por gerar uma troca de conhecimentos entre ambos os setores (público e privado), o que resulta em uma união de ideias, que acaba beneficiando a todos no âmbito geral (Pitoli, 2015).

A concessão administrativa ela é bastante utilizada em hospitais e escolas, pois o governo nesses casos envia os equipamentos necessários, transferindo o controle deles para o setor privado.

Diferente das parcerias público privadas (patrocinada e administrativa) onde o poder público deve investir no mínimo uma parte dos recursos financeiros, na concessão comum os custos são todos dos usuários, ou seja, a concessionária é quem toma conta dos valores investidos e assume o risco.

A concessão comum é um método interessante, pois é possível utilizar recursos privados para concretização de projetos estratégicos. É um meio eficiente para aumentar a infraestrutura e o desenvolvimento de serviços (Bliacheriene, 2015).

A concessão comum é prevista no artigo 175, da Constituição da República de 1988, e regulamentada pelas leis federais 8.987/95 e 9.074/95.

De uma forma geral essa cooperação entre ambos os setores (público e privado) permite uma maior eficácia e surgimento de novas ideias na prestação dos serviços públicos à população (Cunha, 2012).

Após a criação e a efetivação das parcerias público privadas o conceito de concessão se expandiu e começou a abranger mais tipos de contrato. Com essa evolução e o lançamento das PPPs, começou a existir compartilhamento de riscos, de investimentos e de responsabilidades entre os setores público e privados.

"A concessão é uma modalidade de contrato administrativo por meio do qual o poder público transfere a execução de determinado serviço público ou obra pública à iniciativa privada, mediante a celebração de contrato de concessão." (Meirelles, 2016).

Com a efetivação das Parcerias Público Privadas o conceito de “concessão” se tornou algo muito abrangente e bastante complexo, pois, agora há o compartilhamento de riscos e responsabilidades, maior envolvimento do setor privado, inovações contratuais, amplitude de setores envolvidos e impacto nos princípios legais e éticos.

Em resumo as parcerias público-privado trouxeram ainda mais alternativas para o setor público pensar e realizar projetos, para aumentar a infraestrutura e sustentabilidade, como por exemplo: a flexibilidade contratual, transferência de responsabilidades operacionais, o compartilhamento de riscos, e o acesso a recursos privados.

2.3 As Diretrizes da contratação de Parceria Público-Privada

As parcerias público-privadas, ou então PPPs, se caracterizam por acordos entre Estado e o setor privado, onde acontece a realização conjunta de algum determinado serviço ou obra. Um exemplo, são grandes obras, como hospitais e presídios, obras onde apesar da infraestrutura ser de responsabilidade do Estado, elas precisem de um investimento muito alto e de muito tempo para ser totalmente realizada pelo poder público (Santos, 2020).

As PPPs podem ser patrocinadas ou administradas. A legislação regulamenta que na parceria patrocinada uma parte do financiamento virá do governo e, a outra, dos usuários. Já na parceria administrativa os valores pagos aos parceiros são provenientes exclusivamente dos cofres públicos (Silva, 2023).

Nesse tipo de parceria, normalmente a empresa escolhida fica responsável por todo o projeto, assim como a sua operação, execução e financiamento. O Estado, por outro lado, paga a empresa de acordo com o contrato de prestação de serviço, após o vencimento do mesmo, tudo o que foi construído é propriedade do governo. Nesse sentido, o Estado vira “sócio” da empresa, até a finalização do contrato, compartilhando todos os riscos do projeto (Osório, 2016; Silva, 2023).

Esse tipo de parceria influencia e motiva investimento em áreas que pareciam pouco atraente para as empresas privadas, onde o risco de retorno financeira ficaria individualmente a cargo do setor privado (Almeida, 2017).

A Lei responsável pela instauração das PPPs é a Lei 11.079, de 2004, a mesma foi inspirada na fórmula inglesa das Private Finance Initiative (PFI). Essa lei ampara e define as principais condições para se estabelecer uma PPP. Sendo as principais: a prestação de serviço deve durar entre 5 e 35 anos, o valor do contrato deve ser superior a R$ 20 milhões. Aqui, a legislação classifica essas parcerias como um tipo de concessão – a principal diferença é que, nas concessões tradicionais, o Estado não paga as empresas. A lei também permite flexibilidade na maneira como os acordos são elaborados (Santos, 2020).

No artigo 4 da lei nº 11.079 Quando se trata de parceria algumas diretrizes precisam ser observadas:

I. Eficiência no cumprimento das missões de Estado e no emprego dos recursos da sociedade;

II. Respeito aos interesses e direitos dos destinatários dos serviços e dos entes privados incumbidos da sua execução;

III. Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas do Estado;

IV. Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;

V. Transparência dos procedimentos e das decisões;

VI. Repartição objetiva de riscos entre as partes;

VII. Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria.

2.4 Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de Parceria Público-Privado

Nos contratos de concessão de serviços públicos, a preocupação com o equilíbrio econômico-financeiro é ainda mais proeminente devido à longa duração e à natureza da atividade-fim do Estado. Revisões periódicas, como previstas na Lei nº 8.987/1995, representam uma evolução nos critérios clássicos de repartição de riscos. Essas revisões permitem análises contínuas da planilha de custos, ajustando tarifas para manter o equilíbrio inicial e compartilhando ganhos de eficiência com os usuários (Aragão, 2013).

Ademais, garantir a sustentabilidade financeira das empresas privadas envolvidas em Parcerias Público-Privadas (PPPs) é essencial. O sucesso dessas parcerias depende da efetiva transferência de riscos financeiros para o setor privado. A ausência desse compartilhamento de riscos pode transformar a dinâmica da parceria, tornando-a mais assemelhada a um acordo contratual tradicional do que a uma verdadeira PPP. Além disso, a durabilidade da relação entre atores públicos e privados é vital, especialmente em projetos de longo prazo, como construção de hospitais e estradas, onde a continuidade do envolvimento beneficia ambas as partes, permitindo a recuperação do investimento inicial pelo parceiro privado (Araújo, Silvestre, 2014).

A ineficiência na gestão de recursos financeiros pelo governo, agravada pela corrupção, pode ser mitigada ao compartilhar responsabilidades com o setor privado. A provisão de serviços públicos em países em desenvolvimento é afetada pela corrupção, e as PPPs surgem como uma estratégia para minimizar esse problema. A atuação de órgãos de controle e a implementação de novas leis para inibir atos de corrupção representam passos positivos no Brasil. Essas ações contribuem para melhorar o cenário legal e fortalecer as instituições, reduzindo a presença da corrupção nas relações público-privadas (Thamer, Lazzarini, 2015).

Em PPPs em Portugal, um dos desafios enfrentados é a falta efetiva de transferência de risco para as empresas privadas. A transferência de risco é reconhecida como um objetivo essencial, mas sua concretização não foi plenamente alcançada. A introdução de cláusulas contratuais, relacionadas aos níveis médios de utilização em rodovias, busca salvaguardar o investimento privado e a

sustentabilidade financeira, apontando para a necessidade de ajustes e aprimoramentos nesse aspecto (Araújo, Silvestre, 2014).

Observa-se um aumento expressivo desses projetos em nações desenvolvidas e em desenvolvimento, especialmente após as crises financeiras globais. As Parcerias Público-Privadas (PPPs) visam aproveitar a experiência e os recursos financeiros do setor privado para corrigir deficiências em infraestrutura e serviços públicos, como transporte, água, esgoto, energia e saúde. Esses acordos consolidam políticas de liberalização do papel do Estado, oferecendo uma alternativa às demandas da população por serviços públicos. Estabelecem procedimentos administrativos para a prestação desses serviços através de organizações que exploram as relações entre o Estado e o mercado (Melo-Silva; Lourenço; Angotti, 2021).

Já Nakamura (2019) argumenta que a Parceria Público-Privada (PPP) implica em elevados custos para o Estado. Quando o Estado realiza diretamente a obra de infraestrutura e a gestão do serviço público associado, geralmente os custos são menores, uma vez que na PPP, o lucro do parceiro privado é incorporado ao custo final. A opção por uma PPP só se justifica se for comprovadamente a alternativa mais eficiente e econômica, levando em consideração as características específicas do caso. Se o custo da PPP superar o custo da implementação direta pelo Estado, a contratação da PPP torna-se inviável.

Quadro 1 – Resumo da fundamentação teórica

Seção	Autor (ano)	Principais contribuições
2.1 Conceito de Parcerias Público-Privado	Thamer; Lazzarini, 2015 Fernandes; Bordin, 2022 Aragão, 2005 Brito; Silveira, 2005	Conceito e origem sobre as parcerias entre Empresa-Estado.
2.2 As Modalidades Contratuais no Modelo PPP	Jamali, 2004	Os modelos de PPPs existentes.
2.2.1 Modalidade “Patrocinada”	Justen Filho, 2012 Altounian, 2014	Definição de concessão patrocinada.
2.2.2 Modalidade “Administrativa”	Justen Filho, 2006 Pitoli, 2015	Definição de concessão administrativa.

2.2.3 Concessão Comum	Bliacheriene, 2020 Cunha, 2012	Definição de concessão comum.
2.2.4 O Conceito de “Concessão” após o Advento da Parceria Público-Privada	Osório, 2016	Definição de Concessão após o início de uma PPP.
2.3 As Diretrizes da Contratação de Parceria Público-Privada	Santos, 2020 Silva, 2023 Almeida, 2017	Normas para contratação de PPPs.
2.4 Sustentabilidade Financeira e Vantagens Socioeconômicas dos Projetos de Parceria Público-Privado	Aragão, 2013 Araújo, J. F. F. E., Silvestre, H. C, 2014 Thamer; Lazzarini, 2015 Melo-Silva; Lourenço; Angotti, 2021 Nakamura, 2019	Revisões de contratos e projetos financeiros feito entre as empresas e o Estado.

Fonte: elaborado pelos autores (2024).

3 METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Este estudo foi realizado através de uma revisão bibliométrica de aspecto descritivo, que tem como objetivo fornecer conhecimentos para contextualizar a significância do problema e resolver discutindo possíveis soluções. A coleta de dados foi realizada pelos sites *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Spell e Google Acadêmico, além da utilização de livros e revistas para elaboração da fundamentação teórica e discussão do tema.

Para a realização de uma pesquisa bibliométrica, o primeiro passo é localizar a terminologia autorizada e reconhecida mundialmente. O descritor controlado é parte de um vocabulário estruturado e organizado para facilitar o acesso à informação. Esses vocabulários são usados como uma espécie de filtro entre a linguagem utilizada pelo autor e a terminologia da área (Machado, 2023).

Como critério de inclusão utilizou-se artigos, publicados sobre o tema disponíveis nas plataformas acadêmicas citadas, publicados nos últimos 10 anos (2013 a 2023), escritos em português e em inglês. Como critério de exclusão, serão excluídos estudos de revisão bibliográfica, monografias, livros, trabalhos de conclusão de curso e boletins epidemiológicos publicados fora do período especificado, e demais artigos que não contribuem com informações necessárias na construção do tema.

Quadro 2 – Resumo da Metodologia

CLASSIFICAÇÃO DE PESQUISA
QUANTO A FINALIDADE
Aplicada: Esclarecer o assunto mencionado para os diferentes tipos de leitores e acadêmicos em geral.
QUANTO AO OBJETIVO
Descritiva: Analisar os tipos de parcerias existentes entre as empresas e o estado, e abordar sobre de que forma esse vínculo pode ser estabelecido.
QUANTO A ABORDAGEM DO PROBLEMA
Qualitativa: Identificar como tem sido realizadas as investigações a respeito das parcerias entre estado e empresa?
QUANTO A TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS UTILIZADOS

Bibliográfica: Utilização de material disponível em diferentes plataformas onlines, livros e revistas.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de Mendonça, Rocha; Nunes, 2008.

3.2 Descrição dos métodos adotados

Após a busca simples nos bancos de dados, a princípio, para elaboração desta pesquisa, foram encontrados um total de 70 artigos que falam do tema e relacionados. Posteriormente a localização dos artigos citados, foi feita a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, excluindo estudos repetidos, desse modo foram selecionados 23 artigos publicados a partir de 2013. Foi realizada a leitura resumo desses artigos para seleção dos que se mostraram mais adequados ao tema proposto. Ao final da seleção foram analisados integralmente os 23 estudos, sendo eles constituintes da amostra final.

4 DISCUSSÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Os artigos analisados dentro do território nacional, foram encontrados através das plataformas SciELO, Spell e Google Acadêmico. Eles estão organizados de forma crescente (do mais antigo ao mais recente), conforme observado no Quadro 3.

Quadro 3 – Produção Cientifica

Ano de publicação	Título do artigo e autoria	Periódico	Objetivo
2013	A evolução da proteção do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviços públicos e nas PPPs. (Alexandre Santos de Aragão)	RDA – revista de direito administrativo	O objeto do presente artigo é fazer uma retrospectiva da evolução que a proteção do equilíbrio econômico-financeiro vem sofrendo nos últimos anos, na doutrina, na praxe administrativa e no direito positivo, com foco nas concessões de serviços públicos comuns da Lei no 8.987/1995 e, paralelamente, nas concessões administrativas e patrocinadas da Lei das PPPs.
2013	Modelos organizacionais para parcerias público-privadas na irrigação pública no Brasil. (Luciano Thomé e Castro; Marcos Fava Neves; Julio Kyosen Nakatani)	Revista Administrativa	O objetivo neste trabalho é comparar o modelo de irrigação pública utilizado pelo Brasil nos últimos anos com novas propostas de modelagem quanto à arquitetura organizacional dos projetos que começou a ser proposta partir de 2010 dentro de um contexto de PPP.
2014	As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal. (Joaquim Filipe Ferraz Esteves Araújo; Hugo Consciência Silvestre)	Rev. Adm. Pública	Tendo em mente o pressuposto teórico das PPPs, analisa-se a relação entre a utilização destas e os resultados obtidos no setor da construção e gestão de rodovias em Portugal. Por meio de revisão teórica da literatura e da análise dos dados existentes, propõe-se discutir os aspectos positivos e negativos dessa experiência.
2014	A Parceria Pública-Privada como Instrumento Urbanístico: O caso do munícipio de São Paulo-SP. (Adriana Jesus Guilhen)		Analisar a parceria pública privada dentre a política urbana brasileira.
2015	Projetos de parceria público-privada: fatores que	Rev. Adm. Pública	o objetivo desse trabalho é estudar os fatores que

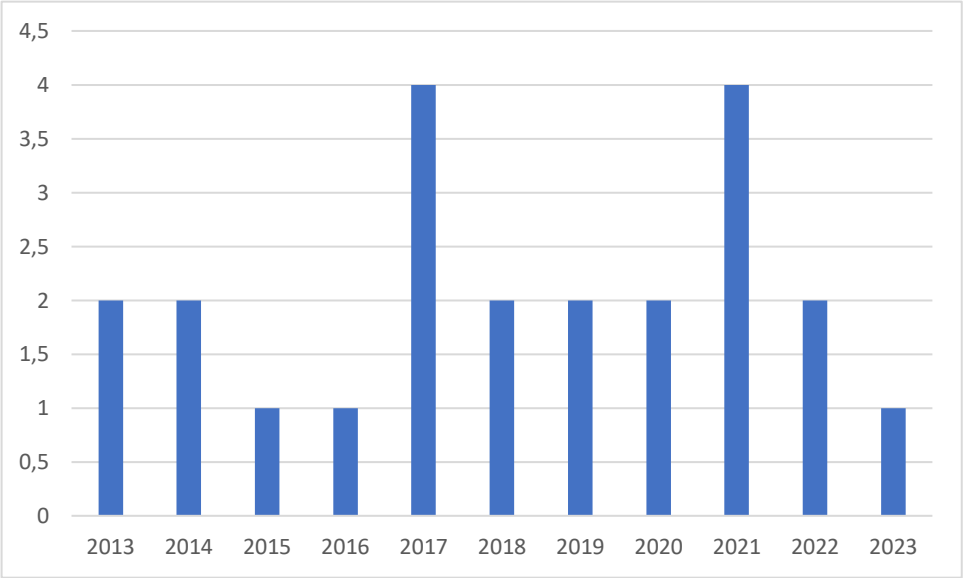
	influenciam o avanço dessas iniciativas. (Rogério Thamer; Sérgio Giovanetti Lazzarini)		influenciam o avanço das PPPs no contexto brasileiro, sendo o avanço dessas iniciativas medido por meio da sua evolução através das fases pré-contratuais.
2015	Os Papéis dos Stakeholders na Implementação das Parcerias Público-Privadas no Estado da Bahia. (Sandro Cabral; Antonio Sérgio Araújo Fernandes; Daniel Barroso de Carvalho Ribeiro)	Caderno EBAPE.BR	Analisar os papeis dos Stakeholder nas PPP, no âmbito do servidor público.
2016	Gestão pública em redes e a nova governança pública: a implementação de parcerias entre o poder público e o terceiro setor. (Ronan Kayano Genoino; João Paulo Lara de Siqueira)	Revista Capital Científico – Eletrônica	objetivo verificar os resultados práticos e os benefícios obtidos por meio de uma parceria estabelecida entre a SEME (Poder Público) e o Instituto César Cielo (ICC) (Terceiro Setor).
2017	Parcerias público-privadas (PPP)no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais. (Célia Almeida)	Cad. Saúde Pública	A proposta deste Ensaio é discutir algumas dimensões importantes dessa dinâmica e o papel das instituições multilaterais nesse processo, mediante uma revisão da literatura. O foco está na redefinição das interações entre os setores público e privado, seja na arena internacional ou em âmbito doméstico, procurando-se analisar o papel que tem desempenhado ao longo do tempo no setor.
2017	Concessão e Permissão de Serviço Público. (Profa. Dra. Emanuele)	Rev. Serviços Públicos	O objetivo de implantação ou gestão de serviços públicos, com eventual execução de obras ou fornecimento de serviços.
2017	Parcerias Público-Privadas: Fundamentos, aspectos jurídicos e econômicos. (Lucas Rocha Furtado)	Livro	Fornece uma compreensão abrangente e detalhada sobre as Parcerias Público-Privadas (PPPs).
2017	As Parcerias Público-Privadas No Contexto Educacional Amazônico1: Novas Formas Para Velhas Questões. (Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos)	MARGENS - Revista Interdisciplinar	Buscamos evidenciar o que há de novo na área, porque, a todo momento, tem-se discursos e novas noções

2018	Uma comparação direta do desempenho de uma PPP com o modelo tradicional de contratação pública. (Bruno Rodrigues e Cesar Zucco)	Revista de administração publica	Este artigo tem por objetivo avaliar a experiência na construção e operação de infraestrutura escolar por meio de Parcerias Público-Privadas (PPPs).
2019	As parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. (André Luiz dos Santos Nakamura)	Rev. Direito Adm., Rio de Janeiro	O presente artigo tem como objetivo demonstrar que a transferência de um serviço público ou de uma obra de infraestrutura para a iniciativa privada, por meio de Parcerias Público-Privadas (PPP), deve ocorrer somente quando essa for a melhor escolha entre as possíveis.
2019	Parcerias público-privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. (Danielly Cristinne Barbosa de Campos; Alberto Damasceno)	Perspectiva - Revista Do Centro De Ciências Da Educação	O objetivo deste estudo é analisar a trajetória histórica das parcerias público-privadas no Brasil e como estas se fazem presente no contexto da Educação Básica do país.
2020	Um novo modelo de Licitações e Contratações Administrativas. (Marçal Filho Justen; Oliveira e Talamini)	Informativo Eletrônico	Este estudo tem por objetivo examinar as inovações da MP 926
2020	Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos. (Maina Pirajá Silva; Silvana Sá de Carvalho; Mariana de Oliveira Santana)	Cadernos EBAPE	O objetivo identificar as parcerias público-privadas (PPPs) existentes no estado da Bahia; avaliar e comparar, por meio de estudos de caso das parcerias de saúde e mobilidade urbana, a efetividade delas mediante o exame da estruturação de projetos, implementação e funcionamento das concessões; e ponderar sobre os agentes públicos e privados envolvidos e suas articulações.
2021	Parcerias Público-Privadas: modernização administrativa e relacionamentos econômicos imersos em conflitos de interesse e corrupção. (Gustavo Melo-Silva; Rosenery Loureiro Lourenço; Marcello Angotti)	Revista De Administração Pública	O objetivo da pesquisa foi analisar as PPPs para investimentos relacionados a esse megaevento esportivo no Brasil e discutir os potenciais conflitos de interesse e possibilidades de corrupção impulsionados pela formação de redes entre organizações públicas e privadas.
2021	Parcerias Público-Privadas na Saúde: análise comparativa da experiência do Brasil e do	Livro	É compreender, a partir das noções teóricas do direito à saúde como direito social

	Reino Unido. (Maria Tereza Fonseca Dias; Maria Elisa Braz Barbosa)		fundamental e da governança pública por contratos. 0
2021	Parceria Público-Privadas: desafios e facilitadores na melhoria dos serviços públicos. (Patrícia de Souza Pereira; Fernanda de Sousa Gusmão)	Revista Cientifica Multidisciplinar eletrônica	O objetivo é ajudar os formuladores de políticas a identificar os desafios para a participação do setor privado na infraestrutura que, se superados, podem destravar o poder das PPPs e apoiar a agenda de desenvolvimento mais ampla (BID, 2018).
2021	O Potencial de Contribuição das Parcerias Público-Privadas (PPP) para a Gestão Universitária: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. (Guilherme Fortkamp da Silveira; Bernardo Meyer)	Revista de Negócios	O objetivo desta pesquisa é analisar as percepções dos gestores da UFSC sobre o potencial das PPP para auxiliar a organização a atingir seus objetivos.
2022	Parceria Público-Privada na gestão hospitalar no sistema único de saúde da Bahia, Brasil. (Laíse Resende Andrade; Isabela Cardoso de Matos Pinto)	Cadernos de Saúde Pública	Este trabalho tem por objetivo analisar os processos de tomada de decisão e incorporação desse modelo de gestão hospitalar no Estado da Bahia, Brasil, primeira concessão administrativa no setor de saúde do Brasil.
2022	Desempenho da gestão hospitalar por parcerias público privadas no sistema único de saúde. (Fernanda dos Santos Fernandes; Ronaldo Bordin)	Revista Eletrônica de Administração	O objetivo do estudo foi comparar indicadores de desempenho dos hospitais com gestão por Parceria Público-Privada versus hospitais de mesmo porte com outros modelos de gestão vinculados ao Sistema Único de Saúde
2023	Sistema de Parceria Público-Privada na educação: estratégias mercantilistas para o ensino público de Manaus. (Rudervania da Silva Lima Arranha; Selma Suely Baçal Oliveira)	Revista Brasileira de Educação	O objetivo da pesquisa é abordar o aprofundamento do processo de expansão das organizações privadas no campo educacional.

O gráfico apresenta a distribuição dos artigos sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) ao longo dos anos de publicação, abrangendo os anos de 2013 a 2023. Houve um aumento constante no número de publicações a partir de 2013 e atingindo um pico em 2017 com quatro artigos lançados naquele ano. A quantidade de artigos parece estabilizar após esse pico, mantendo-se em níveis consistentes nos anos subsequentes com exceção ao ano de 2021. As PPPs vêm ao longo do tempo, sendo realizadas diversas contribuições acadêmicas e de pesquisa ao longo dos anos.

Gráfico 1 –Quantidade de publicações por ano.

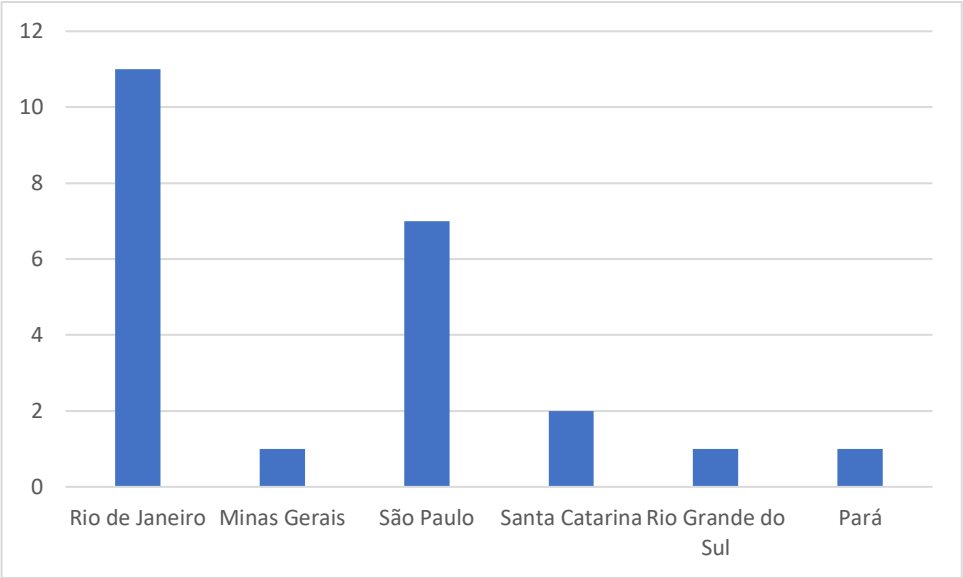


Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A análise da distribuição geográfica da produção acadêmica sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) revelou a presença de sete localidades distintas. Organizando esses dados por regiões e classificando-os em ordem decrescente de quantidade de ocorrências, observamos o seguinte panorama: na região Sudeste, que concentra a maioria das ocorrências (75% do total), destacam-se Rio de Janeiro, com 11 artigos, e São Paulo, com 7 artigos, evidenciando uma significativa atividade de pesquisa nessas localidades em relação às PPPs. Na região Sul, responsável por 12,5% das ocorrências, encontramos Santa Catarina, Florianópolis e Porto Alegre, cada uma com um artigo publicado sobre o tema. Belo Horizonte, situada no estado de Minas Gerais, destaca-se isoladamente com uma ocorrência, representando 4,2% do total. O estado do Pará, na região Norte, também contribui com uma ocorrência, equivalente a 4,2% do total. Essa análise regional oferece uma visão abrangente da

distribuição geográfica da pesquisa sobre PPPs, destacando as áreas de maior atividade acadêmica e identificando potenciais centros de interesse em diferentes regiões do país.

Gráfico 2- Distribuição dos artigos por região no Brasil.



Fonte: elaborado pelos autores, 2024.

A nuvem de palavras é um tipo distinto de gráfico que serve para evidenciar as palavras presentes em um texto específico. As palavras que aparecem com maior tamanho na nuvem são as que têm maior frequência e importância, enquanto as palavras menores são aquelas que aparecem com menos frequência e têm menor relevância.

A nuvem de palavras abaixo possui um total de 64 palavras. As palavras com maior destaque foram as mais frequentes nos objetivos dos artigos são: Gestão, educação, saúde, concessão, serviços, infraestrutura, investimento, privatização, governança, administração, política, sistema e organizacionais.

As palavras com menor frequência citadas nos objetivos dos artigos foram Equilíbrio, econômico-financeiro, contratos, corrupção, provisão, hospitalar, único, organizações, avaliação, impacto, contratação, social, contratações, universitária, estratégias, educacional, básica, perímetros, irrigação, remodelação, modelos,

coletiva, crise, estrutural, redes, terceiro, setor, projetos, PPPs, Bahia, agentes e relações.

Figura 1 – Nuvem de palavra



Fonte: Elaborado pelos autores, 2024

4.1 Discussões

As discussões dos 23 artigos analisados sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs), todos publicados no Brasil, abordam diversos aspectos cruciais para o desenvolvimento e implementação dessas parcerias no contexto nacional. Os estudos focam em temas como a eficiência na gestão pública, o impacto econômico e social das PPPs, os desafios regulatórios e jurídicos, e as melhores práticas para a colaboração entre os setores público e privado. Essas análises destacam a importância das PPPs como uma estratégia para alavancar investimentos em infraestrutura e serviços públicos, evidenciando tanto os benefícios quanto as complexidades inerentes a esses arranjos colaborativos.

Os dados analisados foram apresentados nos tópicos anteriores, principalmente na forma de gráficos, e foram calculados proporcionalmente às informações coletadas. A análise dos artigos sobre Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil revela uma evolução significativa na produção acadêmica sobre o tema ao longo da última década, refletindo o crescente interesse e a importância dessas parcerias no contexto nacional. Os dados mostram um aumento contínuo no número de publicações desde 2013, atingindo um pico em 2017 e estabilizando-se nos anos subsequentes. Esse crescimento demonstra a consolidação do tema na agenda de pesquisa brasileira.

Diversos estudos ressaltam a eficiência das PPPs na gestão pública, especialmente em setores como saúde, educação e infraestrutura. Por exemplo, a pesquisa de Bruno Rodrigues e Cesar Zucco (2018) compara o desempenho das PPPs com os modelos tradicionais de contratação pública, destacando vantagens em termos de eficiência operacional e qualidade dos serviços prestados. Além disso, os impactos econômicos e sociais das PPPs são amplamente discutidos. A pesquisa de Célia Almeida (2017) explora as dinâmicas globais e nacionais das PPPs no setor de saúde, enquanto Maria Tereza Fonseca Dias e Maria Elisa Braz Barbosa (2021) comparam as experiências do Brasil e do Reino Unido, evidenciando o papel dessas parcerias na redefinição das interações entre os setores público e privado.

No entanto, a literatura aponta desafios significativos relacionados à regulamentação e aos aspectos jurídicos das PPPs. Alexandre Santos de Aragão (2013) aborda a evolução da proteção do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviços públicos e nas PPPs, ressaltando a complexidade jurídica envolvida na implementação desses contratos. Além disso, os estudos destacam as melhores práticas para a colaboração entre os setores público e privado. Rogério Thamer e Sérgio Giovanetti Lazzarini (2015) investigam os fatores que influenciam o avanço das PPPs no Brasil, identificando elementos cruciais para o sucesso dessas parcerias, como a transparência e a participação dos stakeholders.

A análise da produção científica sobre PPPs no Brasil evidencia algumas tendências importantes. Houve um crescimento contínuo no número de publicações desde 2013, refletindo a ampliação do interesse acadêmico e a relevância prática das PPPs como uma ferramenta para o desenvolvimento de infraestrutura e melhoria de serviços públicos. A distribuição geográfica das pesquisas mostra uma maior concentração na região Sudeste, com destaque para os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos somam 75% do total de publicações. Esse dado sugere uma maior concentração de recursos e centros de pesquisa nessas localidades. As PPPs são exploradas em diversos setores, com uma ênfase particular em saúde e educação. Estudos como os de Laíse Resende Andrade e Isabela Cardoso de Matos Pinto (2022) na gestão hospitalar e de Rudervania da Silva Lima Arranha e Selma Suely Baçal Oliveira (2023) na educação pública de Manaus ilustram a aplicação abrangente das PPPs em diferentes áreas de políticas públicas.

Os resultados dos estudos analisados sugerem que as PPPs possuem um potencial significativo para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Brasil. No entanto, a implementação eficaz dessas parcerias enfrenta desafios consideráveis. A complexidade regulatória e a necessidade de uma governança robusta são aspectos críticos que influenciam o sucesso das PPPs. Estudos apontam para a importância de marcos regulatórios claros e eficientes, bem como de mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos. Embora as PPPs possam gerar benefícios econômicos substanciais, é essencial assegurar que esses arranjos também atendam às necessidades sociais e promovam a equidade. A pesquisa de Maria Tereza Fonseca Dias e Maria Elisa Braz Barbosa (2021) destaca a necessidade de uma abordagem equilibrada que considere os direitos sociais fundamentais. A transparência na gestão das PPPs e a participação ativa dos stakeholders são fatores determinantes para a legitimidade e o sucesso dessas parcerias. Estudos como o de Sandro Cabral et al. (2015) reforçam a importância da participação dos servidores públicos e da sociedade civil no processo de tomada de decisão.

Em conclusão, os estudos sobre PPPs no Brasil demonstram uma evolução significativa no entendimento e na implementação dessas parcerias. A literatura revela uma diversidade de abordagens e uma ampla gama de aplicações das PPPs, desde a gestão hospitalar até a infraestrutura educacional. Apesar dos desafios, as PPPs apresentam um potencial robusto para melhorar a eficiência e a qualidade dos serviços públicos no Brasil, desde que acompanhadas de uma governança eficaz, transparência e uma abordagem inclusiva que considere tanto os aspectos econômicos quanto sociais.

5 CONCLUSÃO

Os principais resultados encontrados mostram um crescimento contínuo na produção acadêmica sobre PPPs desde 2013, com um pico em 2017. A maioria dos estudos destaca a eficiência das PPPs na gestão pública, especialmente nos setores de saúde, educação e infraestrutura. Esses estudos evidenciam vantagens como a melhoria da eficiência operacional e da qualidade dos serviços prestados. Além disso, os impactos econômicos e sociais das PPPs são amplamente discutidos, com ênfase na redefinição das interações entre os setores público e privado. No entanto, os estudos também apontam desafios significativos relacionados à regulamentação e aos aspectos jurídicos das PPPs, além da necessidade de transparência e participação ativa dos stakeholders.

As principais contribuições desses estudos incluem a identificação de melhores práticas para a implementação e gestão das PPPs, a análise detalhada dos impactos econômicos e sociais, e a exploração das dinâmicas globais e nacionais das PPPs. Além disso, os estudos fornecem uma base sólida para a compreensão dos fatores que influenciam o sucesso das PPPs, como a necessidade de marcos regulatórios claros e eficientes, bem como mecanismos de monitoramento e avaliação contínuos. A concentração das pesquisas na região Sudeste destaca a relevância desses centros como polos de estudo e inovação nas PPPs.

Entre os achados de pesquisa, destaca-se a concentração geográfica das publicações, majoritariamente nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, o que evidencia a predominância de estudos sobre PPPs nessas áreas e sugere a necessidade de mais investigações em outras regiões do país. Além disso, muitos estudos são de natureza teórica ou baseados em revisões de literatura, havendo uma escassez de análises empíricas e estudos de caso que avaliem diretamente a implementação e os resultados das PPPs em diferentes contextos.

Para trabalhos futuros, é recomendável expandir a análise geográfica das PPPs para incluir mais estudos sobre regiões menos pesquisadas, como o Norte e o Centro-Oeste do Brasil. Estudos empíricos que avaliem diretamente os resultados das PPPs em diferentes setores e contextos locais também seriam valiosos. Além disso, pesquisas comparativas que analisem as experiências do Brasil com as de outros países podem fornecer insights importantes para a melhoria das práticas de PPPs no contexto nacional. Investigar o papel da participação dos stakeholders e a

transparência na gestão das PPPs também é crucial para aprimorar a legitimidade eficácia dessas parcerias. Por fim, análises focadas nos desafios regulatórios e jurídicos específicos podem ajudar a desenvolver marcos legais mais robustos e adaptados às necessidades do contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Célia. Parcerias público-privadas (PPP) no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais. Cadernos de Saúde Pública, 2017.

ANDRADE, Laíse Resende; PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Parceria Público-Privada na gestão hospitalar no sistema único de saúde da Bahia, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, 2022.

ARAÚJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves; SILVESTRE, Hugo Consciência. As parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infraestrutura rodoviária: experiência recente em Portugal. Revista de Administração Pública, 2014.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. A evolução da proteção do equilíbrio econômico-financeiro nas concessões de serviços públicos e nas PPPs. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 2013.

ARAGÃO, Alexandre. As parcerias público-privadas – PPP's no Direito Positivo Brasileiro. R. Dir. Adm., Rio de Janeiro, 240: 105-145. Abr./Jun. 2005.

ARRANHA, Rudervania da Silva Lima; OLIVEIRA, Selma Suely Baçal. Sistema de Parceria Público-Privada na educação: estratégias mercantilistas para o ensino público de Manaus. Revista Brasileira de Educação, 2023.

ASSAF NETO, A. Finanças Corporativas e Valo. São Paulo: Atlas, 2010.

BRITO, Barbara.; SILVEIRA, Antonio. Parceria público-privada: compreendendo o modelo brasileiro. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (1): 7-21 Jan/Mar 2005

CABRAL, Sandro; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; RIBEIRO, Daniel Barroso de Carvalho. Os Papéis dos Stakeholders na Implementação das Parcerias Público-Privadas no Estado da Bahia. Caderno EBAPE.BR, 2015.

CABRAL, Sandro; FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo; RIBEIRO, Daniel Barroso de Carvalho. Os papéis dos stakeholders na implementação das parcerias público-privadas no Estado da Bahia. Cadernos EBAPE. BR, v. 14, p. 325-339, 2016.

CAMPOS, Danielly Cristinne Barbosa de; DAMASCENO, Alberto. Parcerias público-privada (PPP): trajetória histórica no Brasil e sua inserção na política educacional brasileira. Perspectiva - Revista Do Centro De Ciências Da Educação, 2019.

CASTRO, Luciano Thomé e; NEVES, Marcos Fava; NAKATANI, Julio Kyosen. Modelos organizacionais para parcerias público-privadas na irrigação pública no Brasil. Revista Administrativa, 2013.

DA SILVA, E. C. et al. Diagnosis of lung nodule using Moran's index and Geary's coefficient in computerized tomography images. Pattern Analysis and Applications, v. 11, n. 1, p. 89-99, 2008.

DIAS, Maria Tereza Fonseca; BARBOSA, Maria Elisa Braz. Parcerias Público-Privadas na Saúde: análise comparativa da experiência do Brasil e do Reino Unido. Livro, 2021.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. The economics of technical change and international trade. LEM Book Series, 1990.

EMANUELE, Profa. Dra. Concessão e Permissão de Serviço Público. Revista de Serviços Públicos, 2017.

FERNANDES, Fernanda dos Santos; BORDIN, Ronaldo. Desempenho da gestão hospitalar por parcerias público privadas no sistema único de saúde. Revista Eletrônica de Administração, 2022.

FERNANDES, F.; BORDIN, R. Desempenho da Gestão Hospitalar por Parcerias Público-Privadas no Sistema Único de Saúde. Revista Eletrônica de Administração. Porto Alegre – Vol. 28 – N.º 3 – Setembro / Dezembro 2022 – p. 754-769.

FURTADO, Lucas Rocha. Parcerias Público-Privadas: Fundamentos, aspectos jurídicos e econômicos. Livro, 2017.

GENOINO, Ronan Kayano; SIQUEIRA, João Paulo Lara de. Gestão pública em redes e a nova governança pública: a implementação de parcerias entre o poder público e o terceiro setor. Revista Capital Científico – Eletrônica, 2016.

GUILHEN, Adriana Jesus. A Parceria Pública-Privada como Instrumento Urbanístico: O caso do município de São Paulo-SP, 2014.

JUSTEN, Marçal Filho; OLIVEIRA, Talamini. Um novo modelo de Licitações e Contratações Administrativas. Informativo Eletrônico, 2020.

MACHADO, Humberto César; PIETRAFESA, José Paulo. Guia prático para trabalhos acadêmicos monográficos e Tccs. Faculdade Alfredo Nasser. v.1, n.1, p.5-53, 2023.

MELO-SILVA, Gustavo; LOUREIRO, Rosenery; ANGOTTI, Marcello. Parcerias Público-Privadas: modernização administrativa e relacionamentos econômicos imersos em conflitos de interesse e corrupção. Revista de Administração Pública, 2021.

NAKAMURA, André Luiz dos Santos. As parcerias público-privadas e a infraestrutura no Brasil. Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 2019.

PEREIRA, Patrícia de Souza; GUSMÃO, Fernanda de Sousa. Parcerias Público-Privadas: desafios e facilitadores na melhoria dos serviços públicos. Revista Científica Multidisciplinar Eletrônica, 2021.

PÉRICO, Ana Elisa; DO NASCIMENTO REBELATTO, Daisy Aparecida. Desafios das parcerias público-privadas (PPPs). Revista de Administração Pública, v. 39, n. 5, p. 1031 a 1052-1031 a 1052, 2005.

RESIDE, R. E. Global determinants of stress and risk in public private partnerships (PPP) in infrastructure. Asian Development Bank Institute. ADB Working Paper, n. 133, 2019.

RODRIGUES, Bruno; ZUCCO, Cesar. Uma comparação direta do desempenho de uma PPP com o modelo tradicional de contratação pública. Revista de Administração Pública, 2018.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos. As Parcerias Público-Privadas No Contexto Educacional Amazônico: Novas Formas Para Velhas Questões. MARGENS - Revista Interdisciplinar, 2017.

SANTOS, T. F.A.M. As Parcerias Público-Privadas no Contexto Educacional Amazônico: Novas Formas Para Velhas Questões. MARGENS. Vol. 11, n. 16, p. 9-24, 2020.

SILVA, Maina Pirajá; CARVALHO, Silvana Sá de; SANTANA, Mariana de Oliveira. Parcerias público-privadas de saúde e mobilidade urbana no Estado da Bahia: atual conjuntura, projetos e principais agentes envolvidos. Cadernos EBAPE, 2020.

SILVEIRA, Guilherme Fortkamp da; MEYER, Bernardo. O Potencial de Contribuição das Parcerias Público-Privadas (PPP) para a Gestão Universitária: o caso da Universidade Federal de Santa Catarina. Revista de Negócios, 2021.

THAMER, Rogério; LAZZARINI, Sérgio Giovanetti. Projetos de parceria público-privada: fatores que influenciam o avanço dessas iniciativas. Revista de Administração Pública, 2015.